

Termo de Referência 79/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
79/2024	323102-AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF	AMELIA CRISTINA MOTA NUNES	14/11/2024 15:56 (v 4.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	20/2024	48051.002257/2023-21

1. Definição do objeto

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1. Aquisição de gêneros de alimentação (café, açúcar, adoçante) e de material de copa e cozinha (coador descartável), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Custo estimado total da contratação:

VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO (GRUPOS 1 A 5)	R\$ 224.157,83
VALOR TOTAL PARA VINTE E QUATRO MESES DA CONTRATAÇÃO (GRUPOS 1 A 5)	R\$ 448.315,66

Levantamento do custo estimado da contratação por Grupo (ANEXOS III e IV deste TR):

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	EMBALAGEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES (**)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADA PARA 24 MESES (R\$)
1 Região Norte	1(*)	606523	Café Apresentação: torrado e moído. Tipo: único Torrefação: ponto de torra média.	Vácuo	pacote de 500 gramas	2.800	25,00	70.000,00
	2	603269	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal.	Pacote	kg	5.040	5,81	29.282,40

	3	236197	Adoçante. Aspecto Físico: Líquido Ingredientes: Estévia Tipo: Dietético	Frasco	mínimo 60ml	560	8,38	4.692,80
	4	380323	Coador Descartável para Café. Material: Papel. Tamanho: 103 Característica Adicionais: Dupla Costura, Celulose, Isento de Impureza	Caixa	com 30 unidades	466	6,25	2.912,50
TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 106.887,70								106.887,70

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	EMBALAGEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES (**)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADA PARA 24 MESES (R\$)
2 Região Nordeste	5(*)	606523	Café 100% arábica. Apresentação: torrado e moído. Tipo: único. Torrefação: ponto de torra média. Embalagem a vácuo.	Vácuo	pacote de 500 gramas	3.540	25,00	88.500,00
	6	603269	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal.	Pacote	kg	6.372	5,81	37.021,32
	7	236197	Adoçante. Aspecto Físico: Líquido Ingredientes: Estévia Tipo: Dietético	Frasco	mínimo 60ml	708	8,38	5.933,04

	8	380323	Coador Descartável para Café. Material: Papel. Tamanho: 103 Característica Adicionais: Dupla Costura, Celulose, Isento de Impureza	Caixa	com 30 unidades	610	6,25	3.812,50
TOTAL DA CONTRATAÇÃO								135.266,86

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	EMBALAGEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES (**)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADA PARA 24 MESES (R\$)
3 Região Centro-Oeste	9(*)	606523	Café 100% arábica. Apresentação: torrado e moído. Tipo: único. Torrefação: ponto de torra média. Embalagem a vácuo.	Vácuo	pacote de 500 gramas	1.140	25,00	28.500,00
	10	603269	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal.	Pacote	kg	2.052	5,81	11.922,12
	11	236197	Adoçante. Aspecto Físico: Líquido Ingredientes: Estévia Tipo: Dietético	Frasco	mínimo 60ml	228	8,38	1.910,64
	12	380323	Coador Descartável para Café. Material: Papel. Tamanho: 103	Caixa	com 30 unidades	190	6,25	1.187,50

			Característica Adicionais: Dupla Costura, Celulose, Isento de Impureza					
TOTAL DA CONTRATAÇÃO								43.520,26

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	EMBALAGEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES (**)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADA PARA 24 MESES (R\$)
4 Região Sudeste	13 ^(*)	606523	Café 100% arábica. Apresentação: torrado e moído. Tipo: único. Torrefação: ponto de torra média. Embalagem a vácuo.	Vácuo	pacote de 500 gramas	3.120	25,00	78.000,00
	14	603269	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal.	Pacote	kg	5.616	5,81	32.628,96
	15	236197	Adoçante. Aspecto Físico: Líquido Ingredientes: Estévia Tipo: Dietético	Frasco	mínimo 60ml	624	8,38	5.229,12
	16	380323	Coador Descartável para Café. Material: Papel. Tamanho: 103 Característica Adicionais: Dupla Costura, Celulose, Isento de Impureza	Caixa	com 30 unidades	520	6,25	3.250,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO								119.108,08

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	EMBALAGEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES (**)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADA PARA 24 MESES (R\$)
5 Região Sul	17 ^(*)	606523	Café 100% arábica. Apresentação: torrado e moído. Tipo: único. Torrefação: ponto de torra média. Embalagem a vácuo.	Vácuo	pacote de 500 gramas	1.140	25,00	28.500,00
	18	603269	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal.	Pacote	kg	2.052	5,81	11.922,12
	19	236197	Adoçante. Aspecto Físico: Líquido Ingredientes: Estévia Tipo: Dietético	Frasco	mínimo 60ml	228	8,38	1.910,64
	20	380323	Coador Descartável para Café. Material: Papel. Tamanho: 103 Característica Adicionais: Dupla Costura, Celulose, Isento de Impureza	Caixa	com 30 unidades	192	6,25	1.200,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO								43.532,76

(*) Para fins de análise de propostas relacionadas a este item, a ANM se baseará na Categoria de Qualidade “Superior” definida pela ABIC, ou seja, para fins de mera referência, o produto a ser ofertado “é caracterizada como uma bebida de amargor, doçura e acidez variando de leve a moderado e possui alguns atributos adicionais como o sabor amendoado e chocolate. Em relação à percepção dos consumidores, a categoria é percebida como um café suave, com um amargor e acidez leve, frutada com notas de caramelo.” (Qualidade e Pureza. ABIC. Disponível em: <https://www.abic.com.br/certificacoes/qualidade/>. Acesso em: 15 de março de 2024), e na Nota de Qualidade Global mínima ≥ 6, na Escala Sensorial do Café, fazendo uso de escala de 0 a 10, Certificado no PQC-Programa de Qualidade do Café, da ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café, em plena validade ou, na ausência deste, Laudo de avaliação do café emitido por laboratório especializado, credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretarias Estaduais ou pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS), devidamente habilitados pela ANVISA, em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 390/2020.

*(**) A presente aquisição objetiva o fornecimento dos itens a serem contratados para todas as 25 (vinte e cinco) Gerências Regionais da ANM, localizadas em todo o Brasil, relacionadas no ANEXO V deste TR, de gêneros de alimentação (café, açúcar, adoçante) e de material de copa e cozinha (coador descartável), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. **O prazo de vigência da contratação será de 02 (dois) anos** contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções do fornecimento.

1.5. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 448.315,66 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais trezentos e quinze reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- PNCP: 29.406.625/0001-30-0-000001/2024
- Contratação: 323102-20/2024
- Item do PAC: 122
- Data de inclusão no PCA: 06/02/2024
- Classe/Grupo: 8955 - CAFÉ, CHÁ E CHOCOLATE

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1. ITEM 1: CAFÉ. APRESENTAÇÃO: TORRADO E MOÍDO. TIPO: ÚNICO. TORREFAÇÃO: PONTO DE TORRA MÉDIA

3.1.1. Código CATMAT: 606523

3.1.2. Embalagem:

3.1.2.1. Tipo: a vácuo;

3.1.2.2. Unidade de medida: 500g;

3.1.2.3. Material: o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente;

3.1.2.4. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Grupo: torrado e moído;
- b. Informação da espécie de café com a expressão "100% arábica";
- c. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;
- d. Identificação do lote;
- e. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- f. Ponto de torra ou a classificação da torra;
- g. Prazo de validade: mínima de 10 (dez) meses, a partir do recebimento pela ANM;
- h. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e
- i. Peso líquido.

3.1.3. Características de torrefação: correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra que estão estabelecidas no Anexo IV da Portaria SDA/MAPA nº 570, de 2022.

3.1.4. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

3.2. ITEM 2: AÇÚCAR. COLORAÇÃO: BRANCA. TIPO: CRISTAL

3.2.1. Código CATMAT: 603269.

3.2.2. Embalagem:

3.2.2.1. Tipo: pacote

3.2.2.2. Unidade de medida: 1 *kg*

3.2.2.3. Material: o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.

3.2.2.4. Rótulo: informações que devem constar:

- a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;
- c. Identificação do lote;
- d. Peso líquido;
- e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da ANVISA, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm², por exemplo, sachê de açúcar.
- g. Prazo de validade: mínima de 10 (dez) meses, a partir do recebimento pela ANM.

3.2.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

3.3. ITEM 3: ADOÇANTE. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO. INGREDIENTES: ESTÉVIA. TIPO: DIETÉTICO

3.3.1. Código CATMAT: 236197

3.3.2. Embalagem:

3.3.2.1. Tipo: Frasco

3.3.2.2. Unidade de medida: Frasco com, no mínimo, 60ml

3.3.2.3. Material: o material da embalagem com contato direto com o adoçante, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.

3.3.2.4. Rótulo: informações que devem constar:

a) A palavra "adoçante" seguida da marca comercial, se houver;

b) Identificação do lote;

c) Peso líquido;

d) Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;

e) Tabela de informação nutricional: deverá atender a RDC nº 818, de 2023, da Anvisa, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

f) Prazo de validade: mínima de 10 (dez) meses, a partir do recebimento pela ANM.

3.3.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

3.4. ITEM 4: COADOR DESCARTÁVEL PARA CAFÉ. MATERIAL: PAPEL. TAMANHO: 103. CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: DUPLA COSTURA, CELULOSE, ISENTO DE IMPUREZA

3.4.1. Código CATMAT: 380323

3.4.2. Embalagem:

3.4.2.1. Tipo: Caixa

3.4.2.2. Unidade de medida: Caixa com 30 unidades

3.4.2.3. Material: o material da embalagem com contato direto com o coador, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.

3.4.2.4. Rótulo: informações que devem constar:

a) A palavra "coador" seguida da marca comercial, se houver;

b) Identificação do lote;

c) Peso líquido;

d) Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;

e) Prazo de validade: mínima de 10 (dez) meses, a partir do recebimento pela ANM.

3.4.3. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

3.5. Cláusulas de Sustentabilidade

3.5.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

3.5.1.1. Produção:

- a. Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.
- b. As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

3.5.1.2. Distribuição:

- a. Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização dos itens objetos da presente contratação.

3.5.1.3. Uso:

- a. A forma de consumo dos itens objetos da presente contratação deve evitar desperdício.

3.5.1.4. Destinação final:

- a. Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós- consumo. A ABNT-NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

4. Requisitos da contratação

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Não se aplicam outros critérios de sustentabilidade além daqueles inseridos na descrição do objeto, tendo em vista que está em desenvolvimento, no processo SEI 48051.005820/2023-13, o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Agência Nacional de Mineração, nos termos da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

4.1.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.1.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, podendo ser cotada outras marcas de qualidade equivalente ou de qualidade superior, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.1.2.1.1. **Café torrado e moído:** Santa Clara PREMIUM, Café Pilão Cafeteria Coado, 3 Corações Estrada Real Premium ou Melitta Especial.

4.1.2.1.2. **Açúcar:** Itamarati, União.

4.1.2.1.3. **Adoçante:** Adocyl, Línea, Zero-Cal, Finn, Gold.

4.1.2.4. **Coador de Café:** 3 Corações, Melitta, Santa Clara.

4.1.3. Da vedação de contratação de marca ou produto:

Não se aplica.

4.1.4. Da exigência de carta de solidariedade:

Não se aplica

4.1.5. Da exigência de amostra:

Não se aplica

4.1.6. Documento de Classificação do Produto

Não se aplica.

4.1.7. Subcontratação

4.1.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.8. Garantia da contratação

4.1.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, constantes do Estudo Técnico Preliminar, pelas razões abaixo justificadas:

- a. baixa complexidade operacional do objeto, com baixo risco de comprometimento do cumprimento das obrigações;
- b. o pagamento será efetuado somente após o recebimento dos materiais, nas condições previamente contratadas;
- c. a exigência da garantia pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame ou se serviria apenas para encarecer o objeto";
- d. o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Condições de entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos prazos e condições previstos no "Tópico 10 do ETP", Anexo a este TR.

5.2. Caso não seja possível as entregas acima mencionadas na data avençada, o Contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues em todas as 25 (vinte e cinco) Gerências Regionais da ANM, localizadas em todo o Brasil, constantes no ANEXO V deste TR.

5.4. Os produtos devem ser entregues em embalagens adequadas e íntegras. Os produtos devem ser entregues em embalagens adequadas e íntegras.

5.5. Todos os itens devem apresentar rótulo no qual constem nome e composição do produto, lote, data de fabricação e de validade, dados do fabricante, condições de armazenamento e quantidade.

5.6. As embalagens não devem estar enferrujadas, estufadas, amassadas, trincadas, apresentar vazamentos nas tampas, formação de espumas ou qualquer outro sinal de alteração do produto, conforme a característica individual dos produtos licitados.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017).

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (inciso II do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “G”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos nos prazos constantes do "Tópico 10 do ETP", Anexo a este TR, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do §2º do art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. Não se aplica.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por Grupo**, devendo o licitante oferecer proposta para o(s) Grupo(s) que desejar concorrer.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea “c” do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

Qualificação Técnica

- 8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- a. Fornecedor de gênero alimentícios em quantidade de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos itens 1 e 2, de cada Grupo, que representam as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, nos termos do § 1º, do art. 67, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.28. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.29. Apresentação do Alvará de Saúde ou Licença Sanitária, expedido pelo órgão responsável pela Vigilância Sanitária do Município sede da empresa licitante OU Licenciamento Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária Estadual (Secretaria Estadual da Saúde) OU Federal (Ministério da Saúde) comprovando que a empresa licitante está autorizada a operar no ramo de gêneros alimentícios, em vigor. A licitante que, por força de lei, esteja dispensada da apresentação do Alvará de Saúde ou Licença Sanitária, deverá apresentar comprovação de inspeção do estabelecimento pelo Ministério da Agricultura OU declaração expedida por órgão oficial há, no máximo, três meses, informando que, em vistoria, constatou tratar-se somente de escritório, sem estocagem e/ou comércio de alimentos, tornando-se, portanto, isenta. (Arts. 45 e 45 do Decreto-Lei nº 986, de 1969, alterado pela Lei nº 9.782, de 1999).
- 8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto no art. 107 da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Justificativa da não adoção do Sistema de Registro de Preços-SRP

8.31. De acordo com Decreto nº 11.462, de 2023, Sistema de Registro de Preços é o "conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras" (art. 2º, I).

8.32. Nessa linha, é possível dizer que o diploma regulamentar menciona que as contratações serão futuras. Isto é, os ajustes que resultarão do SRP não dizem respeito a demandas das quais a Administração necessite de imediato. O registro de preço vem para atender futuras necessidades do Poder Público. Tanto assim que a Ata gerada por um certame para registro formal de preços tem vigência pelo prazo máximo de 01 (um) ano (art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 15, inciso IX do Decreto nº 11.462, de 2023), autorizando a Administração a contratar com prestador/fornecedor registrado durante todo esse lapso de vigência. Nesse sentido, vale a lição de Jacoby Fernandes:

“Se SRP é um conjunto de procedimentos, entre os quais está a licitação, inclusive nas modalidades mais amplas quanto competição: concorrência ou pregão.

8.33. É, contudo, um procedimento *sui generis*, porque, ao contrário da licitação convencional, não tem por objetivo a certeza da aquisição, mas apenas compromisso de contratações futuras e eventuais, que podem até não se realizar" (grifo nosso).

8.34. Dessa forma, o SRP é um instituto destinado, dentre outras situações, àquelas hipóteses nas quais a demanda da Administração não é imediata e/ou não pode ser previamente determinada.

8.35. No entanto, no caso concreto, trata o presente processo de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, com a formalização de contrato por meio do qual a ANM efetuará a aquisição conforme sua demanda. Ou seja, a formalização do contrato fundamentará diversos pedidos, sendo a demanda certa, contínua e imediata.

8.36. Por outro lado, apesar de preferencial, o SRP não tem força para excluir aplicação das demais formas de contratação pelas quais é possível fazer execução conforme demanda. Entende-se que nas hipóteses em que ficar comprovado que esse modo de contratação seja mais eficiente para Administração Pública, não haverá preferência pelo SRP.

8.37. Nesse sentido, parece mais eficiente que a ANM realize a formalização de contrato com prazo de vigência de 02 (dois) anos, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, ao invés de adotar o SRP, onde a licitação do qual ele decorrerá só poderá gerar resultados por um prazo de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.38. Assim sendo, por ter restado comprovado nos autos a ineficiência econômica ou gerencial decorrente da adoção do SRP, entende-se ser possível afastar a sua aplicação.

Justificativa para não exclusividade e sem cotas reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte:

8.39. Cabe à Administração decidir, em cada caso, se a licitação será, ou não, exclusivamente reservada à participação de ME e EPP. Tal opção há de ancorar-se em fundadas razões, ou seja, deverá a Administração explicitar os respectivos motivos determinantes, se entender de afastar a exclusividade.

8.40. Na presente contratação, cujo objeto é a aquisição de gêneros de alimentação (café, açúcar, adoçante) e de material de copa e cozinha (coador descartável), a forma de seleção e critério de julgamento da proposta será pelo MENOR PREÇO POR GRUPO, formado por 5 (cinco) grupos, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens do(s) grupo(s) que desejar concorrer.

8.41. Vale ressaltar que nas licitações por grupo/lote, composto por diversos itens, cada grupo/lote colocado em disputa corresponde a um item de contratação. Dos 5 (cinco) grupos da presente contratação a serem licitados, para efeito de aplicação da medida prevista no inc. I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, os grupos 3 e 5 (subitem 1.1. do TR), têm valor abaixo do previsto no citado dispositivo legal.

8.42. No entanto, a Equipe de Planejamento considerou, a partir das justificativas abaixo relacionadas, que os grupos 3 e 5 da presente licitação não serão destinados exclusivamente para ME e EPP (inciso I, art. 48 da LC nº 123/2006), nem será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento), prevista no inciso III, art. 48 da LC nº 123/2006, pelas seguintes razões:

- O baixo quantitativo da contratação, fazendo com que a reserva para ME/EPP traga maior probabilidade de ocorrência de licitações desertas ou dificuldade de execução de contratos, como já ocorreu em pregões de gêneros alimentícios da ANM recentemente (Processo SEI 48051.001599/2023-24);

- Que a luz da Orientação Normativa 10/2009-AGU e do Acórdão TCU 1932/2016-Plenário, que estabelecem que o art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, ao referir-se ao valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deve ser contabilizado por exercício financeiro, devendo ser considerada as possíveis prorrogações contratuais, o que à luz da legislação pretérita (Lei nº 8.666/1993), em que era possível a prorrogação contratual por até 60 (sessenta) meses, esse valor poderia alcançar R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), e que, aplicando-se esse entendimento à Lei nº 14.133/2021, que em seu art. 107, afirma que "Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal [...]", esse limite alcançaria R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);

- Que o custo total estimado da presente contratação, para vinte e quatro meses (item 1.4 do TR), soma o valor de R\$ 448.315,66 (quatrocentos e quarenta e oito mil trezentos e quinze reais e sessenta e seis centavos), podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e que, para fins do enquadramento previsto pela LC nº 123/2006, as empresas são qualificadas de acordo com a receita bruta anual, conforme art. 3º, incisos I e II da citada Lei;

- Que as pequenas e microempresas não contam, em equivalência às empresas de grande e médio porte, com estruturas e capacidade técnica para atender a determinadas demandas. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração deve ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, se a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contiver risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto ou complexo do objeto;

- Que a adoção de exclusividade e cotas reservadas para ME/EPP também pode ocasionar restrição à participação de distribuidores e de empresas de grande porte que atuam no ramo pertinente à presente licitação, sendo certo que para a aquisição do objeto desta licitação os custos com tributos, transportes, margem de lucro e outros incidem em toda a cadeia comercial, da aquisição até a finalização da venda, vindo tal fato desencadear uma maior onerosidade às ME/EPP, colocando os seus preços em um patamar mais elevado;

- Que caso haja destinação de exclusividade e cotas para ME/EPP nos itens, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com item deserto e/ou fracassado, em virtude da ausência de fornecedores, sendo a ANM levada a repetir o procedimento licitatório, o que aumentaria os custos da aquisição, gerando prejuízos; e,

- Que a fixação de cota de 25% (vinte e cinco por cento) prejudicaria a economia de escala advinda da contratação por grupos, conforme solução mais vantajosa analisada no ETP, além disso, prejudicaria a simplificação contratual e licitatória, em razão da escassa força de trabalho da área meio da ANM.

8.43. Assim sendo, diante das justificativas apresentadas e com base no Inc. III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 e no Inc. II do art. 10º do Decreto nº 8.538/2015, a Equipe de Planejamento considerou a não aplicação dos arts. 47 e 48 da LC nº 123/2006 e dos arts. 6º ao 8º do Decreto nº 8.538/15, para os Grupos 3 e 5 do item 1, do Termo de Referência, por não produzir o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas o que, evidentemente, não teria sentido nenhum em termos de proteção ao erário e ao interesse público.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 448.315,66

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Custo estimado total da presente contratação:

VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO (GRUPOS 1 A 5)	R\$ 224.157,83
VALOR TOTAL PARA VINTE E QUATRO MESES DA CONTRATAÇÃO (GRUPOS 1 A 5)	R\$ 448.315,66

9.2 Custo estimado total por região, conforme Anexos III e IV do presente TR:

REGIÃO NORTE (GRUPO 1)	
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 53.443,85
VALOR MÍNIMO DE 25% POR TRIMESTRE (Tópico 10 do ETP)	R\$ 13.360,96
VALOR TOTAL PARA VINTE E QUATRO MESES DA CONTRATAÇÃO	R\$ 106.887,70

REGIÃO NORDESTE (GRUPO 2)	
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 67.633,43
VALOR MÍNIMO DE 25% POR TRIMESTRE (Tópico 10 do ETP)	R\$ 16.908,35
VALOR TOTAL PARA VINTE E QUATRO MESES DA CONTRATAÇÃO	R\$ 135.266,86

REGIÃO CENTRO-OESTE (GRUPO 3)	
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 21.760,13
VALOR MÍNIMO DE 25% POR TRIMESTRE (Tópico 10 do ETP)	R\$ 5.440,03
VALOR TOTAL PARA VINTE E QUATRO MESES DA CONTRATAÇÃO	R\$ 43.520,26

REGIÃO SUDESTE (GRUPO 4)	
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 59.554,04
VALOR MÍNIMO DE 25% POR TRIMESTRE (Tópico 10 do ETP)	R\$ 14.888,51
VALOR TOTAL PARA VINTE E QUATRO MESES DA CONTRATAÇÃO	R\$ 119.108,08

REGIÃO SUL (GRUPO 5)	
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 21.766,38
VALOR MÍNIMO DE 25% POR TRIMESTRE (Tópico 10 do ETP)	R\$ 5.441,59
VALOR TOTAL PARA VINTE E QUATRO MESES DA CONTRATAÇÃO	R\$ 43.532,76

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “J”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 32396/323102;

II) PTRES: 216474 - GESTÃO ADMINISTRATIVA;

III) Natureza de Despesa:

339030.07 - Gêneros de Alimentação

339030.21- Material de Copa e Cozinha

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Anexos do TR

11. ANEXOS DO TR

Documentos anexados ao Termo de Referência:

- SEI 13736666 - Quantitativo de Pessoal por Gerência Regional com base na Planilha Geral Gestão - SGP
- SEI 13736667 - Planilha_Terceirizados_UFs_Consolidada
- SEI 13736668 - Planilha Estimativa - Quantitativo e Estimativa de Valores - NACIONAL (BASE PLANILHA SGP + TERCEIRIZADOS)
- SEI 13736669 - Planilha Estimativa - Quantitativo e Estimativa de Valores - POR GERÊNCIA REGIONAL
- SEI 13736670 - Relação de Endereços das Gerências Regionais da ANM

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMELIA CRISTINA MOTA NUNES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 14/11/2024 às 15:42:55.

DULJON LAERTI BOLDRIN

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 14/11/2024 às 15:55:22.

GLAYTON FERREIRA MARCAL

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 14/11/2024 às 15:48:39.